

AS TRILHAS E AS PEGADAS: REFLEXÕES SOBRE UMA ÉTICA DO ENVOLVIMENTO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA¹

TRAILS AND FOOTPRINTS: REFLECTIONS ON AN ETHICS OF ENGAGEMENT IN UNIVERSITY EXTENSION PROGRAM

Gicele Sucupira¹

Juliana Cavilha²

Melissa Barbieri de Oliveira³

¹Universidade Federal de Rondônia, Ji-Paraná, Rondônia, Brasil

²Faculdade Estácio de Florianópolis e do Centro Universitário Estácio, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

³ Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, Paraná, Brasil

RESUMO

Este texto tem como objetivo refletir teoricamente sobre o desenvolvimento das atividades de Extensão Universitária realizadas em diferentes regiões e centros de saber, localizados no Norte e no Sul do Brasil. A proposta é apresentar experiências diversas, tendo como ponto comum a Extensão Universitária, aqui compreendida metaforicamente como trilhas e rotas incertas e efêmeras, constituídas por pegadas, marcas de quem somos, de quem encontramos e em quem nos transformamos ao longo do processo de realizar a extensão. Em nossas trilhas, identificamos como ponto comum a pegada de uma ética do envolvimento, que torna possível a extensão que realizamos.

Palavras-chave: extensão; gênero e diversidade; subjetividade ética.

ABSTRACT

This text aims to point out and reflect theoretically on the development of University Extension activities carried out in different regions and centers of knowledge, located in the North and South of Brazil. The idea is to present diverse experiences, considering as a common point the activity of University Extension, understood metaphorically as trails, uncertain and ephemeral routes made up of footprints, which are marks of who we are, who we meet and who we become in the process of doing the extension. We identify in common in our paths, the footprint of an ethics of involvement that makes the extension we do possible.

Keywords: extension; gender and diversity; subjectivity; ethics.



INTRODUÇÃO

Este ensaio foi construído a partir das discussões e reflexões produzidas durante o Workshop organizado pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), no âmbito do projeto de pesquisa Políticas e Experiências de Equidade, Formação e Inclusão: uma etnografia sobre práticas de gestão, ensino, orientação e extensão em universidades públicas brasileiras. O evento ocorreu entre os dias 5 e 11 de agosto de 2023, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, SC.

A ocasião reuniu pesquisadoras e pesquisadores de diferentes gerações formados pelo NIGS-UFSC, atualmente vinculados a distintas instituições brasileiras, para refletirem sobre experiências de extensão universitária, organizadas em três eixos: Relação com movimentos sociais e organizações coletivas; Projetos de estado e políticas públicas; e Formação de estudantes de graduação. A metodologia desenvolvida durante o Workshop também será apresentada ao longo deste ensaio.

As experiências abordadas neste ensaio abrangem atividades desenvolvidas em três espaços de produção de conhecimento: uma instituição de ensino superior (IES) na região Norte e duas IES no Sul do Brasil. A primeira é a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), onde Gicele Sucupira atua como docente no Departamento de Educação Intercultural desde 2014. A segunda é a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), uma instituição pública estadual localizada no interior, no Campus de Francisco Beltrão, onde Melissa Barbieri de Oliveira se tornou professora do Curso de Direito em 2008. A terceira é uma instituição privada nacional, a Faculdade Estácio de Florianópolis, onde Juliana Cavilha atua como docente desde 2013, e o Centro Universitário Estácio de Santa Catarina, onde leciona desde 2019.

É importante destacar que o propósito deste ensaio não é discorrer ou debater com os diferentes conceitos de extensão universitária. Reconhecemos o conceito atual de extensão, proposto no Fórum de Pró Reitores de Extensão entre 2009 e 2010, que define a extensão universitária como: “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012).

A proposta deste ensaio é refletir sobre a extensão universitária que construímos e os movimentos que a concretizam a partir de nossas experiências, cujas características sociológicas, políticas, econômicas, temáticas e regionais são muito distintas.

Para essa reflexão, recorreremos inicialmente às palavras de Paulo Freire (2001[1967]), que critica ações extensionistas assistencialistas, orientadas por uma perspectiva de superioridade entre a universidade e a sociedade. Freire propõe uma noção de extensão como comunicação eficiente, caracterizada por troca, diálogo e coparticipação.

Inspiradas por esse autor, partimos de três pressupostos para refletir sobre nossas experiências de extensão: 1. não se faz extensão sozinha; 2. é necessário oportunizar momentos de comunicação e diálogo para que a extensão seja possível; 3. a extensão não é um movimento de conhecimento da universidade para a sociedade, mas da sociedade para a universidade. A universidade também aprende e pode ser transformada na e pela extensão.

Assim, atentas ao objetivo de discutir o processo de extensão, comparamos as diferentes experiências, questionando por que, como, quando e onde surgem e se desenvolvem as atividades de extensão que realizamos. Coletivamente, compreendemos que a extensão ocorre por meio de um processo em que aciona diversas linguagens e contextos, os quais chamaremos de trilhas, entendidas como rotas incertas e efêmeras.

Essas trilhas são formadas por “pegadas”, nossas e de outras pessoas. Em seus múltiplos significados, as “pegadas” causam efeitos, conquistam, capturam e transformam; são marcas de quem somos, de quem encontramos e de quem nos tornamos por meio da extensão. Em nossas trilhas, identificamos em comum a “pegada” de uma ética do envolvimento (Fonseca, 2018) que torna nossa extensão possível.

Outrossim, compreendemos que essa pegada expressa um saber/fazer extensionista a partir da experiência que as autoras deste ensaio construíram no Núcleo de Identidades, Gêneros e Subjetividades (NIGS - UFSC). Trata-se de uma “pegada” elaborada e construída em um espaço plural de saber, interdisciplinar, onde nos constituímos, ao longo do processo, enquanto “niguanianas”, como destaca Aline Bonetti (2022). Essa pegada foi aprendida e construída, de forma teórica e prática, ao longo do tempo em que fomos estudantes, pesquisadoras e extensionistas no NIGS, em diferentes gerações.

No aspecto geracional, Aline Bonetti propõe delinear os princípios significativos do fazer antropológico feminista desenvolvido no NIGS. A autora relembra que o NIGS surgiu na década de 1990, durante o processo de nuclearização impulsionado por pesquisadoras que promoviam a associação entre teoria e praxis feminista nas universidades. O saber-fazer no NIGS, conforme Bonetti (2022), é construído com base na Antropologia feminista, na qual “sensibilidades, emoções, reflexividade e subjetividade são elementos centrais nessa produção de conhecimento” (Bonetti, 2022, p. 286). A história do NIGS e sua fundadora, a antropóloga feminista Miriam Pillar Grossi, se entrelaçam e revelam a contribuição mais original de seu legado: a valorização da subjetividade (Bonetti, 2022, p. 285).

Especialmente em relação às atividades de extensão do NIGS e suas semelhanças com o trabalho etnográfico, a autora destaca o “saber-fazer artesanal, que se aprende fazendo e que, como característica do processo pedagógico, inclui o acompanhamento do trabalho de campo, do qual se extraem categorias analíticas e contribuições para o processo de interpretação do material etnográfico (Bonetti, 2022, p. 284). Esse

processo proporciona uma “experiência de produção de conhecimento por um corpo no mundo diante da alteridade, demarcando a inseparabilidade entre teoria e prática” (Bonetti, 2022, p. 285).

Em resumo, o saber-fazer artesanal no NIGS nos ensina a “provocar a ruptura epistemológica necessária para pensar de um outro lugar, produzir deslocamentos, abrir mão das certezas e se deixar afetar e atravessar pela experiência, o que remete, inevitavelmente, a outra área de intensa reflexão niguiana: a ética” (Bonetti, 2022, p. 286).

A sensibilidade às questões sociais nos uniu e se fortaleceu ao encontrar na rede NIGS uma legitimação mútua que valoriza uma ética do envolvimento (Fonseca, 2018). Essa legitimação valoriza atuações que nem sempre recebem reconhecimento no espaço acadêmico, por considerarem as subjetividades. São práticas comprometidas e coerentes com as nossas produções acadêmicas, que movem, transformam, não se acomodam e, incomodam. Nosso compromisso e relações ultrapassam os muros da universidade e por vezes, incomodam. Nosso compromisso e nossas relações ultrapassam os muros da universidade e orientam o nosso modo “niguiiano” de saber-fazer extensão, refletido em em nossas atividades de pesquisa e ensino, proporcionando uma transformação mais ampla, abrangente e eficaz nos contextos em que atuamos por meio de nossas atividades extensionistas.

Por fim, cabe registrar que as atividades de extensão desenvolvidas no NIGS têm como foco questões de gênero, diversidade e sexualidade, contribuindo para o debate e a reflexão sobre igualdade de gênero, diversidade sexual, questões étnico-raciais e geracionais. A maioria das ações de extensão do NIGS, como rodas de conversa dentro e fora da universidade, eventos, grupos de estudos em gênero e feminismos, palestras, atividades de formação e debates realizados ao longo dos anos, formam um encadeamento de ações que impulsionam o engajamento social em torno dessas pautas.

NAS TRILHAS

O encontro que resultou na construção deste ensaio reuniu quinze pesquisadoras extensionistas de diferentes universidades brasileiras que compõem a rede NIGS e ocorreu a poucos metros da praia do Campeche, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, em agosto de 2023. Em vez de nos reunirmos na universidade e nos hospedarmos em um hotel, escolhemos a convivência diária em uma mesma casa, espaço onde inúmeras atividades conjuntas foram desenvolvidas para que pudéssemos compartilhar e refletir sobre a extensão universitária que temos produzido. Tratou-se, de fato, de um processo metodológico pouco usual, por isso o consideramos inédito, diferente e inesperado, desafiando-nos a pensar também a partir de uma imersão na prática extensionista, ou melhor, a

refletir sobre o alcance da universidade e de nós mesmas, como agentes extensionistas.

Para esta atividade, inicialmente, as participantes foram orientadas a se organizarem em cinco grupos que buscassem a maior diversidade em sua composição, considerando que aprendemos com a diferença, o que nem sempre é fácil e confortável no ambiente universitário. Percebemos o quanto as ações afirmativas na graduação, na pós-graduação e as políticas de assistência estudantil dos últimos anos tornaram a universidade mais diversa, plural e colorida (Bernardino-Costa; Borges, 2021).

As “pegadas” deixadas por estudantes indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas trans e outras minorias nos fizeram pensar e repensar o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim como na pesquisa, em que povos indígenas e pessoas trans passaram de “objetos” de estudo a pesquisadores, na extensão eles passaram de “objetos” a extensionistas. Criaram novas pegadas e, conseqüentemente, movimentaram novas trilhas.

Essas trilhas conduzem a outras epistemologias, como as indígenas (Benites, 2023), que nos ensinam sobre a importância dos territórios, dos lugares e das andanças para o aprendizado. Inspirado por esse ensinamento, o nosso grupo, Awina, incluiu como primeira atividade uma caminhada até a praia. Caminhar por lugares inesperados e desconhecidos foi o primeiro desconforto. Nem todas sabiam que, em poucos passos, poderiam ver o mar, e nem todas estavam nas mesmas condições para caminhar, uma participante estava com o pé ferido, e outra com calçados inadequados.

Inúmeras reflexões emergiram neste processo, entre elas, compreendemos que, nas trilhas da extensão universitária, também lidamos com desconfortos, indisposições, inadequações, desconhecimentos e imprevistos. Reconhecemos, assim, a alteridade e autonomia das diferentes sujeitas da extensão, sintetizando a ideia de que “eu não posso caminhar por você, mas posso caminhar junto e ao seu lado”, ou seja, a partir dos nossos lugares de ação e de atuação com nossos sujeitos.

Seguimos uma trilha incerta, com pegadas diversas na areia clara e fina da praia, que se apagavam com o vento. Isso nos lembra que as pegadas, nossas e de outras pessoas, podem ser efêmeras ou duradouras. A extensão pode ser interminável, pois novos sujeitos, com novas pegadas, vão nos conduzir a novas trilhas. Ao chegar à praia, sentamo-nos na areia e começamos a formular as bases deste ensaio, a partir dos relatos de nossas experiências extensionistas.

Nossa problematização para este texto perpassa as seguintes questões: o que movimentou nossas ações de extensão? Que extensão fazemos? Qual a extensão de nossas ações? Tendo em vista esses debates, apresentaremos as experiências que marcaram nossas trilhas e que são alvo das discussões narradas neste ensaio.

ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO E PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO TRANS E LGBTQIA+ NA UNIOESTE - FRANCISCO BELTRÃO/PR

Em Francisco Beltrão/PR, as ações de extensão que eu costumava desenvolver inicialmente seguiam um movimento comum aos cursos de Direito, que tradicionalmente ofertam serviços de assistência jurídica à sociedade. Com esse foco, atuei no projeto de extensão NEDDIJ – Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude, criado em 2006, antes mesmo do meu ingresso na universidade. Paralelamente, orientei atividades de estágio do NPJ – Núcleo de Prática Jurídica, que se dedica ao atendimento jurídico de demandas relativas ao direito de família da população carente da comarca. A prestação de serviços exclusivamente jurídicos era importante e necessária para o curso quanto para as pessoas atendidas. No entanto, esse modelo não proporcionava uma escuta efetiva das pessoas que buscavam a universidade, nem criava um espaço para a troca de saberes, uma vez que os atendimentos eram individualizados, padronizados e restritos aos muros da instituição.

Anos depois, durante o período do desenvolvimento do doutorado no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, participei de inúmeras atividades no NIGS que foram significativas para reorientar minha atuação na extensão. Uma dessas atividades foi o Trans Day - NIGS/UFSC, idealizado por Simone Ávila, que discutia a despatologização das identidades trans e abordava questões fundamentais como o acesso à saúde e a importância do uso do nome social. A segunda inspiração foi a participação no evento da Rede LIESS, o Segundo Congresso Internacional sobre Estudios de Diversidad Sexual na Iberoamérica, intitulado *Represion, Resistencia y Cotidianidades*, realizado em Cuenca, Equador, em 2014. Lá, tive a oportunidade de conhecer o projeto *La Patrulla Legal – Activismo Jurídico Itinerante*. A formação inicial em Direito, combinada com os conhecimentos e debates da Antropologia Feminista, propiciou uma revisão crítica da minha própria prática ao longo dos anos, ampliando as possibilidades de aplicar esses saberes no desenvolvimento de ações de extensão. Essa trajetória encontrou condições favoráveis para sua construção e execução, o que culminou na criação de novas iniciativas.

Com a conclusão da minha tese, intitulada *Trans* tornando o Campo do Direito, consegui conectar os resultados da pesquisa com as experiências adquiridas nas atividades desenvolvidas pelo NIGS. Essas experiências serviram de inspiração para a criação, em 2018, do projeto de extensão *Diálogos Interdisciplinares para promoção da cidadania da população trans: Direitos humanos, Gêneros e Sexualidades*, posteriormente conhecido como *Diálogos LGBTrans*.

Ao retornar para Francisco Beltrão/PR e retomar minhas atividades no curso de Direito da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste,

fui informada de que algumas mulheres trans e travestis haviam passado a “ocupar”, recentemente, as esquinas de uma rua de elite da cidade, trabalhando com prostituição. Esse fato gerou desconforto na comunidade local, que passou a acionar a Polícia Militar e pressionar a prefeitura pela retirada dessas pessoas daquele local.

Diante dessas situações, instituições públicas, como as Secretarias Municipais de Assistência Social e de Saúde, bem como a Polícia Militar, procuraram a universidade para propor uma parceria visando resolver um problema que começava a ganhar visibilidade no município. Em virtude da minha trajetória em atividades de pesquisa e extensão, especialmente nas áreas de gênero e diversidade, fui indicada para participar de uma reunião com as referidas instituições. Essa reunião resultou em uma série de atividades junto à comunidade trans, as quais continuam em execução, atendendo tanto às demandas das próprias pessoas trans quanto às das instituições que inicialmente procuraram a universidade.

Certamente, a proposta de que pessoas trans participassem da reunião causou estranheza às instituições que procuraram a universidade para “resolver o problema das travestis”. Esse fato, contudo, abriu espaço para o debate. Quando questionada sobre o que poderia ser feito, sugeri dialogar com as travestis antes de qualquer intervenção, com o objetivo de compreender por que passaram a ocupar aquele espaço, o que realmente necessitavam, onde residiam, de onde vinham, suas relações e dificuldades. Em outras palavras, busquei entender melhor toda a situação para definir se e como deveríamos atuar, mas sempre de forma colaborativa.

A partir dessa perspectiva, surgiu a ideia de criar um canal de diálogo entre a população Trans, a Universidade e as instituições públicas envolvidas, a fim de estabelecer um primeiro contato e verificar se elas concordavam com as intervenções propostas. Assim, desde fevereiro de 2018, passamos a realizar levantamentos sobre a situação da população trans no município, mapeando, junto com elas, as áreas que mais demandavam atenção, como saúde, segurança, educação, mercado de trabalho e convivência familiar.

Durante a coleta de dados, realizada entre 2018 e 2019, identificamos também a necessidade de formar as pessoas responsáveis pelos encaminhamentos referentes à população trans, tanto em instituições públicas quanto privadas. Dessa forma, realizamos atividades como rodas de conversa, reuniões e formações, que ajudaram a delinear o projeto, posteriormente formalizado nas instâncias institucionais. Em contrapartida, o convite para que as pessoas trans inicial, pois não estavam habituadas a serem ouvidas em processos dessa natureza.

Superadas essas desconfianças, elas passaram a atuar no projeto, contribuindo de dentro para fora: primeiramente nas formações das equipes internas e de professoras orientadoras; depois, junto às instituições parceiras; e por fim, em atividades de formação externas. Essas formações incluíram, por exemplo, equipes das Unidades Básicas de Saúde, agentes

de segurança pública e policiais militares, com foco na abordagem de populações vulneráveis, especialmente homens e mulheres trans. As atividades também se estenderam a escolas e universidades, sempre com o objetivo de dialogar sobre as necessidades da comunidade trans e o papel das instituições nesse contexto. Gradualmente, as relações entre as instituições e as comunidades passaram a se alinhar, permitindo um atendimento mais adequado às pessoas trans. Exemplos disso incluem encaminhamentos para o processo transexualizador do SUS e o respeito ao nome social em escolas e universidades. Esse processo destaca a importância da mediação dialógica entre a comunidade e a universidade, um dos princípios fundamentais da extensão.

Atualmente, o projeto conseguiu inserir representantes trans tanto no Conselho Municipal de Saúde quanto no Conselho dos Direitos das Mulheres, evidenciando a capacidade transformadora das atividades extensionistas. No caso do Conselho Municipal de Saúde, o convite foi direcionado ao projeto porque, segundo as organizadoras da 13ª Conferência Municipal de Saúde, nunca houve um canal claro para convidar pessoas LGBTQIA+ a participar das discussões, já que o município não conta com um movimento social organizado.

Para garantir a participação na conferência, o projeto desenvolveu questionários on-line para mapear o acesso à saúde e as demandas de homens e mulheres trans, além de homens gays, mulheres lésbicas e pessoas bissexuais. Esses dados ajudaram a formular propostas apresentadas durante a conferência. No Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, passei a colaborar, junto com colegas, na elaboração de um fluxo de encaminhamento de casos de violências de gênero, que passou a incluir também violências sofridas por mulheres trans, lésbicas e bissexuais – um debate até então ausente nesses espaços.

Essas atividades fomentaram discussões sobre o papel de cada indivíduo nesses ambientes, refletindo sobre as representações sociais e culturais das diferenças de gênero e orientação sexual. Durante a construção do fluxo de encaminhamento de violências, surgiram denúncias de violência obstétrica, o que levou à criação de outro projeto, no qual assumi a função de subcoordenadora: o *Projeto LAÇOS*. Esse projeto realiza ações formativas sobre o acesso à saúde e a conscientização dos relação aos direitos sexuais, reprodutivos e da maternidade.

POR UMA UNIR MAIS INDÍGENA: PROJETOS DE EXTENSÃO EM RONDÔNIA

As ações e projetos de extensão em Rondônia, desde o início, seguiram as pegadas deixadas pela presença indígena na universidade, representada por mais de 300 estudantes indígenas de 37 povos diferentes no curso de Educação Intercultural, onde atuo desde agosto de 2014. O objetivo do meu primeiro projeto de extensão foi a produção de materiais

didáticos diferenciados para escolas indígenas, atendendo às demandas manifestadas pelos estudantes em sala de aula naquele ano. Esse projeto estava em consonância com o Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, que regulamenta a educação escolar indígena e enfatiza o papel das universidades na formação de professores indígenas e na criação de materiais didáticos.

Ao assumir o cargo de professora no curso de Licenciatura em Educação Intercultural na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), senti que meu compromisso com os povos indígenas deveria ir além da universidade. Esse sentimento advém da minha ancestralidade indígena, da minha trajetória em movimentos sociais e do entendimento de que a luta do movimento indígena em Rondônia para a criação do curso em 2009 resultou nas vagas docentes que hoje ocupamos. Além disso, essa convicção foi fortalecida pela experiência no NIGS, onde aprendi sobre o compromisso social na universidade, que também é um espaço de movimento para a transformação da sociedade, respeitando e valorizando a diversidade.

Consciente de que, como professora, eu poderia e deveria estar atenta às demandas sociais, passei, em 2015, a participar de reuniões e assembleias da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR), da Organização dos Povos Indígenas de Rondônia (OPIROMA) e de outras organizações do movimento indígena no estado. Nessas reuniões, identifiquei as demandas que delinearão minhas principais ações de extensão. Uma dessas demandas, expressa de forma tímida por estudantes de Educação Intercultural, era a dificuldade de ingresso e permanência de indígenas em outros cursos da universidade. Estudantes e lideranças não desejavam apenas formar professores, mas também ingressar e se manter em cursos como Direito, Enfermagem e Medicina. Nas aldeias, pouco se sabia sobre a universidade além do curso Intercultural.

Para atender a essa demanda, propus, em 2016, o primeiro *Fórum de Ingresso e Permanência Indígena*, com o objetivo de criar um espaço de escuta para os estudantes, lideranças e comunidades indígenas. Algumas ações e projetos surgiram a partir dessa escuta e buscaram acolher as demandas de estudantes indígenas e lideranças de todo o estado, com participação ativa desses sujeitos, da elaboração à execução. Um exemplo é o projeto *Unir nas Aldeias*, que atende demandas de diferentes comunidades indígenas, oferecendo oficinas de redação e temas atuais para o ENEM, orientações sobre direitos indígenas, sobre os cursos da universidade, além de promover a devolutiva de pesquisas e trabalhos de conclusão de curso produzidos por estudantes indígenas.

Outras ações de extensão pontuais e periódicas, passaram a integrar o projeto *Calendário da Resistência Indígena*, com atividades como Vozes da Resistência no Abril Indígena, Agosto Indígena, Mostra Povos Indígenas e Meio Ambiente, Rodas de Conversa sobre Saúde das Mulheres Indígenas entre outras. O projeto conta com a participação de bolsistas indígenas,

estudantes dos campi de Porto Velho e Ji-Paraná, integrantes do Coletivo de Estudantes Indígenas da Unir, que têm autonomia para propor ações, organizar atividades, produzir vídeos e conteúdos para o Canal do Youtube Indígena Unir e para os perfis do Coletivo no Instagram, Facebook e grupos de WhatsApp. Criadas em 2016, essas redes sociais tornaram-se importantes para divulgar informações e oferecer suporte ao ingresso e permanência dos indígenas na universidade.

Desde 2016, encaminhamos diversas solicitações à Reitoria e à Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assistência Estudantil (Procea) da Unir para institucionalizar uma assistência estudantil diferenciada aos estudantes indígenas, atendendo às demandas identificadas nos fóruns. No entanto, não houve mudanças significativas. A assistência oferecida aos estudantes indígenas na Unir tem sido garantida por meio de projetos de extensão e pelo apoio voluntário de estudantes indígenas em períodos mais avançados e de algumas servidoras aliadas à causa indígena. É o caso, por exemplo, de Porto Velho, onde o Coletivo de Estudantes Indígenas tem promovido apoio mútuo desde 2017 (Sucupira; Guarasugwe, 2019).

NAS TRILHAS DO CONHECIMENTO: PROJETOS DE EXTENSÃO E A INCLUSÃO SOCIAL NA ESTÁCIO DE FLORIANÓPOLIS

Em outra experiência na região Sul, eu, Juliana Cavilha, apresento a implementação, gestão e execução dos projetos de extensão na Faculdade Estácio de Florianópolis. Para este ensaio, optei por desenvolver a ideia de construção de trilhas do conhecimento, permitindo que os estudantes escolham com quem desejam aprender, promovendo uma comunicação contínua entre os saberes produzidos na universidade e aqueles adquiridos fora dela. Logo após minha passagem pelo NIGS, onde tive formação em gestão, pesquisa, ensino e extensão, assumi, de 2017 a 2022, a Coordenação de Pesquisa, Extensão e Internacionalização na instituição. Nesse período, a instituição decidiu investir sistematicamente em pesquisa, extensão e internacionalização com vistas à qualificação da comunidade acadêmica.

Propus, então, a construção de um diálogo coletivo com a comunidade acadêmica, criando um caminho que envolvia editais, comitês de tomada de decisões, seminários, grupos de estudos e revistas eletrônicas. Apesar de obstáculos como a falta de recursos e a dificuldade na organização de eventos científicos, enfrentamos o desafio da curricularização da extensão universitária, um processo dificultado também pela inexperiência docente com o conceito de extensão universitária, visto que muitos professores, embora qualificados, pouco sabiam sobre sua relevância como elo com a comunidade.

Esse esforço conjunto resultou na experiência com o programa UNIEDU. Em 2019, fui responsável por inscrever a instituição no UNIEDU via edital, sendo aprovada para atuação em 2020. O UNIEDU é

um programa de bolsas e auxílios do governo de Santa Catarina que visa promover o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior, concedendo apoio financeiro para cobrir mensalidades, materiais didáticos, transporte e alimentação. O programa é administrado pela Secretaria de Estado da Educação e beneficia milhares de estudantes no estado, buscando reduzir a evasão do ensino superior.

A relação com a extensão ocorre diretamente na contrapartida do UNIEDU e varia conforme o tipo de benefício recebido, assim como as regras estabelecidas pelo programa. Comumente, os beneficiários devem cumprir requisitos de desempenho acadêmico, como manter uma frequência mínima nas aulas e alcançar um determinado aproveitamento nas disciplinas. Além disso, alguns tipos de bolsas ou auxílios podem exigir que os estudantes participem de atividades complementares, como projetos de pesquisa, estágios ou atividades de extensão universitária. Essas contrapartidas têm como objetivo incentivar o comprometimento dos beneficiários com seus estudos e o aproveitamento integral das oportunidades oferecidas pelo programa. A extensão no UNIEDU geralmente se refere à participação dos estudantes em atividades de extensão universitária oferecidas pelas instituições de ensino superior.

Em 2019, a proposta foi cadastrada com projetos de extensão que envolviam cursos de graduação em Administração, Arquitetura, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil, Gastronomia, Psicologia e Sistemas de Informação. Para concorrer ao edital, foram elaborados, entre outros materiais, quatro projetos que deveriam ser implementados na comunidade: 1. *Aproximando Gerações: inclusão digital para a terceira idade*; 2. *Construindo direitos, saberes para uma cidadania plena na terceira idade*; 3. *Costurando novos e velhos debates sobre Violência contra Mulher*; e 4. *Organização e Planejamento Financeiro para idosos*.

O edital aprovou as propostas, e com o repasse de recursos financeiros foi possível selecionar os estudantes de acordo com sua carência econômica/financeira, os quais receberam valores distintos de desconto na mensalidade, até 100%. Cada um desses projetos firmou parceria com uma organização não governamental diferente, para atrair outros sujeitos que se encontram fora ou mesmo excluídos, por inúmeras razões, do acesso ao ensino superior.

A execução do projeto enfrentou a pandemia de 2020, que impediu ações presenciais. No entanto, após uma análise acurada da situação com os estudantes aprovados – cerca de 15 à época –, decidimos realizar as ações extensionistas por meios que não comprometessem o bem-estar físico, mas que permitissem aos estudantes manter o benefício. Assim, optou-se coletivamente pela atividade extensionista com o projeto “*Aproximando Gerações: inclusão digital para a terceira idade*”. Na qualidade de coordenadora de pesquisa, estabeleci uma parceria vital com a ONG Estrela Guia e, após algumas reuniões, ficou decidido que os estudantes entrariam em contato com idosos trans atendidos pela ONG.

Os próximos passos envolveram reuniões com os estudantes para treinamento específico em escuta e construção de atividades, que poderiam ocorrer a partir das necessidades apresentadas por cada idoso ou idosa. Além disso, houve reuniões semanais com os estudantes que estavam em campo (neste caso, no ambiente digital) para alinhamento das atividades, apresentação de problemas, desafios, fragilidades na atuação e potencialidades observadas ao longo do processo. Coletivamente, estávamos construindo um percurso ainda não trilhado, deixando, nesse caminho, pegadas que registravam erros, acertos e tentativas.

O resultado foi muito positivo. Os estudantes se envolveram no processo e apresentaram um relatório criativo com depoimentos, além de desenvolverem maneiras acessíveis de produzir conhecimento com os idosos. Muitos deles responderam de positivamente à extensão, e os estudantes encerraram sua participação ao apresentar atividades em um seminário de extensão.

Nesse processo de construção de trilhas, após reflexões sobre as atividades extensionistas que coordenei e que continuaram a ocorrer em uma série após a experiência mencionada, elaborei etapas de organização que possuem um tempo próprio para cada ação, devendo ser organizadas a critério da coordenação da atividade. São elas:

Alinhamento do grupo: inclui a apresentação dos integrantes, dos projetos, a definição do que é extensão, escolha do projeto, organização dos grupos e discussão sobre as ações que seriam importantes para o grupo.

Infraestrutura: essa etapa determina a escolha do local, as reuniões com responsáveis, a demanda da comunidade e o engajamento público, entre outras ações necessárias.

Questão pedagógica: etapa fundamental que atravessa as anteriores e envolve ações em grupo, trabalho compartilhado, expertise dos cursos aplicados à ação, ética de trabalho em grupo, escuta compartilhada, aprendizado na escrita de relatórios, apresentação do trabalho em eventos e avaliação do processo.

PEGADAS: SUBJETIVIDADES E RELAÇÕES DO MODO NIGIANO DE SABER-FAZER EXTENSÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE

Ao circularem por diferentes espaços, Melissa, Gicele e Juliana possibilitam a abertura para as demandas da sociedade, daí a analogia com as trilhas que escolhemos percorrer. Essas demandas só existirão e nos tocarão se criarmos oportunidades para que se manifestem, transitando e dialogando além dos muros universitários, em vez de esperarmos que alguém nos procure solicitando um projeto de extensão. Como mostram os exemplos citados, às vezes buscamos um campo de ação; outras vezes, é o campo que nos encontra.

As trilhas das ações de extensão seguidas por Melissa, Gicele e Juliana tornaram-se possíveis por meio das suas pegadas e de um saber-fazer extensionista inspirado no NIGA, que se traduz em uma ética do envolvimento, em suas concepções de universidade e nas relações com movimentos sociais, ONGs e parcerias acadêmicas e extra-acadêmicas. Suas pegadas trazem a marca de uma visão de universidades plural, acessível e dolorida, que não apenas se abre à sociedade, mas também encontra diversos caminhos para alcançá-la.

As trilhas de Juliana também refletem a realidade de uma movimento de uma universidade particular, que visa alcançar resultados mais concretos e lida, muitas vezes, com as dificuldades de fazer extensão, como a escassez de recursos e a falta de formação dos docentes. Essas dificuldades são, de certa forma, semelhantes às enfrentadas nas universidades públicas.

Na extensão que realizamos, as relações são produzidas de modo mais simétrico, horizontal e coletivo, impactando-nos subjetivamente, como ilustramos em dois relatos. Em uma atividade alusiva ao Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro), Melissa reuniu toda a equipe e parceiras do projeto na praça central de Francisco Beltrão para um piquenique no final da tarde. Compareceram muitas pessoas, inclusive sua mãe e outras que puderam compartilhar suas realidades e, apesar da diversidade de modos de vida, todas ali garantiam acesso a direitos como cidadãs. Em Rondônia, encontros no gramado da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e refeições na casa de estudantes indígenas movimentaram ações de extensão desenvolvidas pelos próprios estudantes, com apoio de Gicele.

Para ilustrar a ideia de construção conjunta das demandas extensionistas, podemos pensar na metáfora da casa, entendendo-a como um espaço de moradia e intimidade. O agente extensionista, ao não conhecer as peculiaridades desse espaço, pode ter dificuldade em compreender suas dinâmicas, hábitos e memórias. Assim, se o agente é um estranho nesse ambiente, poderá fazer uma leitura e escuta equivocadas devido a essa barreira de compreensão. A proposta do saber-fazer extensionista do NIGS é eliminar esse vácuo interpretativo, garantindo que o diálogo se inicie na própria idealização do projeto, para que não sejamos vistas como intrusas nesse espaço, como já alertava Paulo Freire.

Vale refletir sobre algumas questões. Primeiramente, a prática da extensão universitária permite o encadeamento de ações, já que novos desconfortos emergem constantemente ao depararmos com lacunas e ausências das demandas sociais na universidade. Em segundo lugar, a atividade extensionista gera novos conhecimentos, o que torna urgente considerá-la como produção de saber.

Esses conhecimentos, comumente associados às humanidades, revelam que a sociedade sempre tem algo a ensinar. A atuação em extensão não nos forma apenas em termos éticos, sociológicos e antropológicos, mas também como docentes, sensibilizando-nos para um mundo em constante transformação. Destacamos, em especial, o aprendizado sobre

as diferentes formas de ser e estar no mundo, a partir dos marcadores sociais de diferenças como sexo, gênero e suas múltiplas expressões.

A extensão é um momento de formação que nos atualiza, ao nos permitir um contato mais próximo com as comunidades e a criação de novos confrontos com as complexidades sociais. Trata-se de transpor as limitações dos muros universitários e do saber acadêmico. Esse contexto ganha ainda mais relevância com a curricularização da extensão em universidades brasileiras, pois essas atividades tendem a enriquecer as discussões no ensino e na pesquisa. Afinal, não há extensão sem pesquisa, e o tripé constitucionalmente instituído ganha novos delineamentos.

Este artigo busca transcender o eixo tradicional da extensão universitária, propondo uma atuação igualitária, ética e comunicacional, fundamentada na troca de experiências entre a universidade e a sociedade. Como pontuam Felipe Fernandes e Bruna Andrade:

A universidade como lugar de reflexão e formação da postura crítica diante do real se constitui como um espaço plural e democrático que deve pressupor a valorização do fazer em sua relação com o saber. É o lugar privilegiado para realizar a interlocução com a sociedade, construindo e mediando novos e diferentes saberes. A universidade, impulsionada pela autocrítica que reconhece os limites da sua presença e a interação no cotidiano da sociedade e das pessoas, tem procurado cumprir o seu papel social, principalmente quando se volta para o fortalecimento e ampliação da prática extensionista (Fernandes; Andrade, 2015, p. 125).

Para isso, é essencial que a universidade adote uma postura crítica e reconheça que também tem muito a aprender com as dinâmicas sociais e as atividades de extensão. Mas será que as universidades estão realmente “prontas” para receber em seus espaços pessoas trans, indígenas e idosas como protagonistas dessas ações?

Nossa atuação busca superar a ideia de extensão como ação assistencialista, questionada por Paulo Freire. Revisada por Marcio Gadotti no texto *Extensão Universitária: para quê?* (2017), Freire criticava a orientação extensionista focada em interesses acadêmicos e dissociada da comunicação com a população ‘não universitária’. A ideia aqui é inverter essa lógica, construindo a transformação social junto às comunidades, inspirados pelo saber-fazer do NIGS.

O que impulsiona nossos projetos não são apenas interesses pessoais ou demandas sociais, mas também as possibilidades que oferecemos como docentes, as necessidades das comunidades, o compromisso de devolver pesquisas e nossos desconfortos. Relações surgem dessas experiências, e é esse percurso que define nossas trilhas.

Neste ensaio, propomos um saber-fazer extensionista que, de forma ética, reconhece a extensão como espaço de produção de conhecimento, humanização e engajamento social. Esses saber-fazer, como lembra Cláudia

Fonseca, citando Foucault, se ancora na prática e na experiência em vez de posições ideológicas, constantemente revendo conclusões e escolhas (Fonseca, 2018).

As ações de extensão de Melissa em Francisco Beltrão e de Gicele em Rondônia envolvem pessoas cujas pegadas são constantemente apagadas da sociedade: trans e indígenas. Não se trata de iniciativas espontâneas da universidade, mas sim de projetos que ocupam uma lacuna deixada pelo Estado. Sueli Carneiro (2018) destaca que essas agendas emergem da ausência de políticas públicas concretas, e nossas iniciativas muitas vezes cabem as lacunas deixadas por outras instituições, o que, por vezes, nos aproxima de uma prática assistencialista.

Para reverter essa situação, os projetos promovem demandas e cobranças para a implementação de políticas públicas, evitando que a situação se torne cômoda para as instituições públicas responsáveis por essas ações. No entanto, é difícil definir os limites da atuação da extensão a ponto de estabelecer o que é assistencialismo, o que é responsabilidade do Estado e o que nós, enquanto cidadãs comprometidas, podemos e devemos fazer. Até onde nós, como universidade, podemos e devemos ir?

Há inúmeras contradições a serem enfrentadas. Diversas ações de Melissa e Gicele acabam funcionando como suporte para nossas sujeitas da extensão, suprimindo lacunas institucionais que permanecem abertas ano após ano. Embora tenhamos clareza de que a extensão não deve ser assistencialista, diante da urgência em responder a certas demandas das comunidades onde atuamos, acabamos, sim, realizando o trabalho que deveria ser feito por outras instituições, afastando-nos, assim, dos princípios extensionistas. As instituições se encontram em uma posição confortável, uma vez que suas lacunas passam a ser cobertas por projetos de extensão.

Em Francisco Beltrão, embora exista uma política pública para pessoas LGBTQ+ no estado do Paraná^[1], esta não é reconhecida ou devidamente executada. Quando as mulheres trans começaram a se fazer presentes na cidade de Francisco Beltrão/PR, demandando determinados serviços, como acesso à saúde, enfrentavam obstáculos^[2]. As cidadãs trans eram apagadas, pois, ao serem reconhecidas como trans, desapareciam como cidadãs da cidade. Já em Rondônia, ainda que existam cotas e um programa de bolsa permanência para indígenas^[1], não há políticas efetivas para o ingresso e permanência desses estudantes na universidade, tampouco assistência diferenciada, que passaram a ser oferecidas por meio de projetos de extensão.

COMENTÁRIOS FINAIS

Refletir sobre as trilhas e pegadas na extensão universitária é considerar como os caminhos percorridos se constituem das marcas deixadas pelas e nas participantes envolvidas. A pegada da ética do envolvimento, nesse sentido, permite que a extensão seja viável, mais participativa, colaborativa e democrática. Esse envolvimento também nos impulsiona para ações

extensionistas que deveriam, idealmente, ser executadas por meio de políticas públicas.

As experiências apresentadas acima demonstram que a performance extensionista vivenciada no NIGS possibilitou a alocação de recursos econômicos e afetivos de maneira criativa e participativa. Gicele aproximou os povos indígenas da universidade, Melissa engajou as pessoas trans nas atividades de extensão, e Juliana incentivou estudantes de universidade privada e urbana a se conectarem com o movimento social de idosos trans. De fato, a extensão universitária pode contribuir significativamente para a produção e a difusão de conhecimento.

Essas atividades frequentemente demandam a aplicação dos conhecimentos teóricos aprendidos em sala de aula em situações do mundo real, o que pode levar à descoberta de novas informações, padrões ou abordagens. Além disso, a interação entre a universidade e a comunidade externa durante as atividades de extensão promove o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre diferentes partes interessadas. Esse intercâmbio pode resultar em um aprendizado mútuo, onde tanto a universidade quanto a comunidade se beneficiam das trocas de ideias, perspectivas e vivências.

Portanto, a extensão universitária não apenas aplica o conhecimento existente para resolver problemas concretos, mas também pode gerar novos conhecimentos e promover a disseminação de informações e práticas inovadoras.

REFERÊNCIAS

ABIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS. **Boletim ABIA**, Rio de Janeiro, n. 15, dezembro de 1991a.

ÁVILA, Simone. Trans Day NIGS: Contribuições para a despatologização das identidades trans. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; SILVA, Simone Lira; COSTA, Patrícia Rosalba Moura (org.). **Tecendo redes em Antropologia feminista e estudos de gênero: 30 anos do NIGS UFSC**. 1. ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2022. p. 302-305.

BENITES, Sandra. **O nosso corpo é o nosso chão**. Rio de Janeiro: Dantes Editora Biosfera, 2023.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; BORGES, Antonádia. Um projeto decolonial antirracista: ações afirmativas na pós-graduação da Universidade de Brasília. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, p. e253119, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/c5k3X36N7xVdWjLSbtksxWH/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BONETTI, Alinne de Lima. O modo NIGS de saber-fazer Antropologia Feminista no sul do Brasil. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; SILVA, Simone Lira; COSTA; Patrícia Rosalba Moura (org.). **Tecendo redes em Antropologia feminista e estudos de gênero: 30 anos do NIGS UFSC**. 1. ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2022. p. 280-292.

BRASIL. **Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009.** Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins, ANDRADE, Bruna Irineu. "Extensão Universitária em Gênero e Sexualidades". **Revista Feminismos**, [s. l.], v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30090>. Acesso em: 26 nov. 2024.

FONSECA, Claudia. Pesquisa 'Risco Zero': é desejável? é possível? *In*: GROSSI, Miriam Pillar; SCHWADE, Elisete; MELLO, Anahi Guedes; SALA, Arianna (org.). **Trabalho de Campo, Ética e Subjetividade.** 1. ed. Tubarão: Copiart; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018. p. 195-212.

FORPROEX. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular:** uma visão da extensão. Brasília, DF: Editora UNB, 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SUCUPIRA, Gicele; GUARASUGWE, Rosa Maria. A presença de estudantes indígenas na Universidade Federal de Rondônia: desafios do ingresso e da permanência. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO NA AMAZÔNIA DIREITOS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ: CONQUISTAS E NOVOS DESAFIOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 3., 2019, Porto Velho. **Anais.** [...]. Porto Velho: UNIR, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/iicidaunir/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

NOTAS

- ¹ É importante esclarecer que as autoras deste ensaio iniciaram suas atividades de pesquisa e extensão no NIGS em períodos distintos. Juliana Cavilha ingressou no NIGS em 1994 como bolsista de Iniciação Científica, participando de um projeto sobre Formadores de Opinião sobre Violência no jornal Folha de São Paulo. Esse projeto foi realizado em parceria com a universidade de Brasília, envolvendo quatro outros pesquisadores. Posteriormente, Juliana cursou o mestrado sob a orientação da professora Miriam Grossi e seguiu participando do NIGS em inúmeras atividades, como congressos, oficinas de extensão, minicursos, até seu pós-doutorado, realizado entre 2016 e 2017, em um projeto da Secretaria de Política para as Mulheres. Gicele Sucupira, por sua vez, ingressou no NIGS no início de 2007 como bolsista voluntária e propôs o Projeto extensão Papo Sério, no qual atuou inicialmente como

voluntária, e em seguida, como bolsista de Iniciação Científica para desenvolver seu Trabalho de Conclusão de Curso sobre a participação de mulheres nas Olimpíadas de Matemática. Gicele permaneceu no NIGS até o final de 2008. Durante o período de 2009 a 2012, enquanto cursava o mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, colaborou em eventos, projetos de pesquisa e extensão no NIGS. Melissa Barbieri de Oliveira, a terceira autora deste ensaio, começou a participar no NIGS em 2013, ao frequentar como aluna ouvinte as aulas das professora Miriam Pillar Grossi no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, onde permaneceu até 2017. O principal projeto em que atuou foi o Transday NIGS/UFSC, idealizado por Simone Ávila, em alusão ao movimento internacional pela Despatologização das Identidades Trans. Esse evento, realizado de 2010 a 2016, buscava promover reflexões e discussões teóricas e políticas sobre transexualidades entre pesquisadoras, ativistas e estudantes. Nas palavras de Simone Ávila, “o Trans Day NIGS foi o ponto de partida para uma sucessão de atividades realizadas na UFSC, tornando-se uma referência no Brasil para as reflexões e debates sobre a despatologização das identidades trans e os direitos de um segmento com pouca visibilidade no campo LGBTQIA+” (2022, p. 304).

- ² Como habitualmente ocorrem os eventos acadêmicos.
- ³ Processo incluído no Projeto CNPq – Políticas e Experiências de Equidade, Formação e Inclusão: uma etnografia, sobre práticas de gestão, ensino orientação e extenso em Universidades Públicas Brasileiras.
- ⁴ Awina é uma palavra da língua Txapakura que tem inúmeros sentidos: belo, bom, tudo bem, muito obrigado, entre outros. É utilizada para o cumprimento entre os povos conhecidos como Wari, que vivem em Rondônia.
- ⁵ O projeto foi idealizado e é coordenado pela Profa. Dra. Daniele Prates Pereira, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste - Campus de Francisco Beltrão/PR.
- ⁶ O curso de Educação Básica Intercultural – geralmente referido, de forma abreviada, como o “Intercultural” – foi criado em 2009, é sediado no Campus de Ji-Paraná da UNIR, e tem como o fim a formação de professoras(es) indígenas para atuação nas escolas indígenas. Frequentam o curso em torno de 280 estudantes de mais de 37 etnias que vivem no estado de Rondônia e Noroeste do Mato Grosso, tais como Aikanã, Amondawa, Arua, Arikapú, Cabixi, Cinta Larga, Cujubim, Gavião Ikólóéhj, Guarasugwe, Djeoromitxi, Karipuna, Karitiana, Karo-Arara, Kaxarari, Kanoê, Kwazá, Makurap, Mamaindê, Migueleno, Negarotê, Oro At, Oro Mon, Oro Nao, Oro Eu, Cao Orowoje, Oro Waram Xijein, Oro Win, Puruborá, Tupari, Sabanê, Sakirabiat, Suruí Paiter, Uru eu Wau Wau, Wajuru e Zoró.
- ⁷ Entre os objetivos do projeto do 1º Fórum estavam: 1. Informar a sociedade e a comunidade acadêmica (estudantes, professores\as e funcionários\as), bem como as lideranças indígenas, sobre as principais ações relacionadas ao ingresso e permanência de estudantes indígenas no país e na UNIR; 2. Consultar representantes da Coordenação do Processo Seletivo da universidade sobre o ingresso e representantes da

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis sobre as ações para permanência de Estudantes Indígenas na UNIR; 3. Consultar as lideranças indígenas sobre propostas e melhorias no ingresso e permanência de indígenas na UNIR; 4. Escutar as experiências e as demandas de estudantes indígenas na UNIR; e 5. Sistematizar as proposições de política de ingresso e permanência aos indígenas no ensino superior.

- ⁸ A qual resolveu investir recursos de maneira sistemática em pesquisa, extensão e internacionalização com vistas à qualificação da comunidade acadêmica, embora no caso da atividade extensionista tenha utilizado de recursos públicos estaduais no projeto UNIEDU.
- ⁹ Envolvimento iniciado no ano de 1994.
- ¹⁰ Tal atuação, porventura, choca-se com as chamadas *hard science*, que não compreendem esta ação singularizada.
- ¹¹ Após 2015 o Programa sofreu alterações e reduções drásticas nos números de bolsas. Mais informações: LYRA, Joani Silvana Capiberibe de; SILVA, Aparecida Wanderley da. Um tour pela história do Insikiran. **Boletim do Tempo Presente**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 52-71, 2023. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/tempopresente/article/view/19245/13898>. Acesso em: mar. 2024.

Gicele Sucupira

gicelesucupira@gmail.com

Professora na Universidade Federal de Rondônia.

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4305-7368>

Juliana Cavilha

julianacavilha@gmail.com

Professora na Faculdade Estácio de Florianópolis e do Centro Universitário Estácio de Santa Catarina.

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0765-0973>

Melissa Barbieri de Oliveira

melissabarbieri@hotmail.com

Professora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Doutora pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5804-0793>